

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA-EPT

EMYLLI PEREIRA DA SILVA

**TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE -
TDAH: a importância do diagnóstico e do autoconhecimento na vida educativa
e profissional**

Viana
2023

EMYLLI PEREI DA SILVA

TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO COM HIPERATIVIDADE
– **TDAH:** a importância do diagnóstico e do autoconhecimento na vida
educativa e profissional

Monografia apresentada à Coordenadoria do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Práticas Pedagógicas para EPT, do Instituto Federal do Espírito Santo, *Campus Viana*, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Práticas Pedagógicas para EPT.

Orientadora: Prof^a Dr^a Alba Janes Santos Lima

(Biblioteca do Campus Viana)

S586t

Silva, Emylli Pereira Da.

Transtorno do déficit de atenção e hiperatividade - TDAH: a importância diagnóstica e do autoconhecimento na vida educativa e profissional / Emylli Pereira Da Silva. - 2023.

37 f. : il.,.

Orientador: Alba Janes Santos Lima

TCC (Especialização) Instituto Federal do Espírito Santo, Campus Viana, Pós-Graduação Lato Sensu em Práticas Pedagógicas para Educação Profissional e Tecnológica, 2023.

CDD: 616.89

Bibliotecário/a: Lorrany Oliveira Müller Amorim CRB6-ES nº 855

EMYLLI PEREI DA SILVA

TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO COM HIPERATIVIDADE
– **TDAH:** a importância do diagnóstico e do autoconhecimento na vida
educativa e profissional

BANCA EXAMINADORA

Aprovada em 23 de outubro de 2023.

Professora Doutora Alba Janes Santos Lima
Instituto Federal do Espírito Santo – IFES

Professor Doutor Ademir Adeodato
Instituto Federal do Espírito Santo – IFES

Professor Mestre Paulo Soares Santos Paraguassú
Faculdade Censupeg - PR

Professor Mestre Ronaldo Roella de Carvalho
Prefeitura Municipal de Vitória - ES

RESUMO

No presente trabalho buscamos nos aprofundar de registros sociais que marcaram a história da exclusão à inclusão de pessoas com necessidades específicas, especialmente no ambiente escolar. O objetivo da pesquisa visou analisar o processo de inclusão de pessoas com necessidades específicas que tenham Transtorno do Déficit de Atenção-TDAH no espaço escolar. As entrevistas abertas nos possibilitaram uma aproximação das experiências de duas pessoas com TDAH que falaram sobre suas vivências desde a educação básica até o mercado de trabalho, trazendo depoimentos que trataram sobre o contexto escolar, profissional, pessoal e participação familiar. Os relatos dos entrevistados foram norteadores para os desdobramentos dessa pesquisa, pois nos ajudaram a explorar os objetivos estabelecidos inicialmente, uma vez que, nos possibilitou refletir sobre o papel da educação na vida de pessoas com necessidades específicas. Percebemos a importância da finalidade educacional na vida das pessoas de um modo geral, especialmente quando esta é praticada de forma inclusiva, já que oferece informações à sociedade a respeito da diversidade humana podendo assim minimizar o preconceito sobre as pessoas com necessidades específicas por meio das experiências vividas no espaço escolar. Por fim, finalizamos esse trabalho afirmando que o acolhimento as diferenças permitem um maior entendimento daquilo que se apresenta com diferente dos padrões normativos da sociedade. Acreditamos que a educação pode romper com preconceito e oferecer naturalmente novos hábitos sociais que acolham a diversidade subjetiva para que todos vivam dignamente, tendo suas limitações respeitadas e potencializadas.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 O pesquisador e seu contexto.....	7
1.2 Objetivos.....	8
2 METODOLOGIA DE PESQUISA	9
3 REFERENCIAL TEORICO E REVISÃO BIBLIOGRAFICA.....	11
4 ANÁLISES DAS ENTREVISTAS ABERTAS: A VALORIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS COMO MEIO DE POTENCIALIZAR NOVAS OPORTUNIDADES PESSOAIS E PROFISSIONAIS	20
4.1 Experiência escolar na Educação Básica	22
4.2 Experiência escolar no ensino superior	26
4.3 Experiência familiar.....	27
4.4 Vida profissional	30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS	36

1. INTRODUÇÃO

1.1 O pesquisador e seu contexto

Minha experiência na escola como aluna desde o Ensino Fundamental me faz lembrar sobre os encontros que vivi durante a educação básica, pois era do meu interesse interagir com meus professores. Me lembro sobre pensar várias vezes nos motivos pelos quais os profissionais da educação ali inseridos teriam escolhido esta profissão.

No Ensino Médio, por volta dos dezesseis anos, tive o privilégio de conhecer uma coordenadora – Andressa – que lidava com os alunos de uma forma jamais vista por mim. Ela nos tratava, com respeito e compreensão, não se preocupando em fazer julgamentos precipitados, além de buscar entender o que acontecia em nossa vida pessoal para nos pôr a pensar sobre como esses acontecimentos impactavam no ambiente escolar. Por sua postura, afeto e profissionalismo, Andressa foi uma inspiração para mim.

Ainda durante o Ensino Médio, numa conversa informal, conheci, Fátima, psicopedagoga que atuava numa rede de ensino público. O orgulho com que ela falava sobre educação, novamente me despertou admiração. Esses dois acontecimentos foram fundamentais para minha formação em nível superior no curso de Pedagogia, uma vez que senti grande desejo em trabalhar na área da educação.

Ao ingressar na pedagogia, ainda no início do curso, encontrei meu primeiro desafio: muitos colegas partilhavam comigo sobre eu não ter “perfil” para essa profissão, uma vez que meu jeito era despojado e pelas muitas tatuagens, ou seja, eu era uma educadora que fugia dos padrões do espaço onde estudava. Diferente dos demais, eu não me preocupava com isso. Alguns da turma comentavam que meu perfil era mais próximo de uma professora de educação física. Para mim, a educação é um espaço onde as diferenças devem ser respeitadas. Nesse sentido, escolhi dar continuidade ao curso de Pedagogia.

No 3º período, iniciei estágio numa rede privada que me oportunizou trabalhar com alunos Público-Alvo da Educação Especial, modalidade educacional por qual tenho muita admiração, visto que tenho como inspiração meu irmão *Samuel*, pessoa com autismo e baixa visão.

A Educação Especial/Inclusiva tornou-se minha base educacional, pois vejo nessa modalidade de ensino muitas possibilidades em construir pontes de troca de conhecimentos

entre mim, meus estudantes e colegas de trabalho. Percebo novas formas de enxergar por meio da educação inclusiva, a afirmação de que a educação especial existe para potencializar a escolarização daqueles que apresentam especificidades, tornando a educação acessível para todos, desde que as limitações das pessoas sejam respeitadas.

Vejo que espaço escolar, se torna cada vez mais o centro da construção de subjetividades, visto que esse território social lida com as diferenças e pode incentivar mudanças sociais ao valorizar e dá importância à diversidade. Sendo assim, pensando na carência acerca das discussões produzidas a partir da temática: escolarização e profissionalização de pessoas com necessidades educacionais específicas e a inclusão desse grupo no mercado de trabalho, discutirei ao longo desta pesquisa sobre como esses sujeitos buscam se adequar ao cotidiano dos ditos “normais”.

1.2 Objetivos

A pesquisa tem como:

Objetivo geral: Analisar o processo de inclusão de pessoas com necessidades específicas que tenham Transtorno do Déficit de Atenção-TDAH no espaço escolar.

Objetivos específicos:

- Descrever a trajetória da educação inclusiva no Brasil;
- Refletir sobre o papel da educação na vida de pessoas que apresentam o TDAH;
- Analisar os relatos coletados a fim de conhecer a trajetória das pessoas com TDAH e sua inclusão nos espaços escolares.

2. METODOLOGIA DE PESQUISA

Essa pesquisa foi de cunho qualitativo e usou como instrumento de coleta de dados a entrevista que é definida como “Encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto” (MARCONI & LAKATOS, 1999, p. 94). Escolheu-se a entrevista semiestruturada aberta, uma vez que a mesma possibilita maior flexibilidade ao entrevistador que pode repetir a pergunta; formular de maneira diferente; garantir que foi compreendido e desta forma, obter dados que não se encontram nas fontes documentais. Nas entrevistas abertas não existem categorias preestabelecidas. O entrevistado pode responder de forma espontânea (MARCONI & LAKATOS, 1999). Essa metodologia exige uma doação das pessoas, pois demanda uma constante reavaliação de si próprio diante alguns desafios vivenciados. Por meio da entrevista aberta, nos aproximamos por meio das conversas, de reflexões que nos direcionaram para vivências experienciadas por duas pessoas com Transtorno do Déficit de Atenção-TDAH que passaram diversas situações decorrentes as especificidades que apresentam e por conviver com o transtorno, tanto quando estavam no ensino regular como no ambiente profissional. Conversar de forma aberta pode ser possível porque contribui para que haja maior espontaneidade entre as pessoas que compõem esse momento, ou seja os participantes e o pesquisador. Assim, reconhecendo o desafio da entrega às conversas, salientamos que é preciso estar aberto e ter coragem, pois conversar “[...] demanda sermos capazes de ir ao encontro, de estar ali onde está o outro, para com ele aprender e nos tornar também outros de nós mesmos” (RIBEIRO; SOUZA; SAMPAIO, 2018, p.164). As conversas, decorrentes de encontros que aconteceram no meu ambiente de trabalho, ou seja, na escola onde atua profissionalmente permitiram a realização desta pesquisa.

Durante a entrevista aberta, eu e os dois participantes nos esforçamos para fugir da linearidade, buscando afirmar a força das conversas como metodologia de pesquisa. Por tanto, neste trabalho, não coube o uso de roteiros, questionários, estruturas elaboradas e/ou elementos que poderiam limitar a potencialidade dos encontros, esperando assim oferecer um momento oportuno aos participantes.

Apostar nas conversas é estar dispostos a entrar em conflito com algumas certezas e se abrir ao inesperado, pois nos demanda escapar do imaginário, sendo puxados para um abismo

imenso de reflexões. Confiamos que as conversas nos permitiram conhecer o desconhecido, além de repensar o já pensado. Portanto, as entrevistas foram linha de fuga do visto como acabado, sendo fios condutores do pensamento, afetando tanto a quem fala como a quem escuta. Entretanto, buscando nos tornar outros de nós, discutimos sobre os desafios que surgem a partir de espaços que tentam nos padronizar.

Ciente da força dos encontros com as pessoas, fez-se necessário o uso de um aparelho celular como ferramenta para gravar os encontros em áudio (mp3), podendo assim, posteriormente retomar às conversas para analisá-las sempre que necessário, criando-se problematizações a partir das discussões experimentadas. Os participantes assinaram um termo de ciência e concederam autorização para analisar as respostas. As duas pessoas não serão identificadas a fim de garantir o sigilo pessoal e a ética profissional da pesquisa. A gravação será guardada com nome fictício para que não haja acesso a mesma a não ser a pessoa do pesquisador. Os participantes que são um homem e uma mulher serão identificados com nomes fictícios de Rômulo e Débora. A escolha se deu uma vez que tive dois alunos muito afetivos durante um período em que eu atuei na educação infantil.

As entrevistas abertas podem oferecer maior oportunidade de ruptura aos padrões normativos ao fugir do pré-estabelecido, na medida em que as conversas acontecem por meio de trocas que abrem portas para um universo de conhecimentos e relatos ainda desconhecidos pelo entrevistador.

3. REFERENCIAL TEÓRICO E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Pensando na humanidade de modo geral, vemos que a sociedade passou por diversas transformações ao longo do tempo, sejam elas em âmbitos comportamentais, culturais, educacionais, raciais, econômico, questões de gênero e entre outras. A medida em que o tempo passa, surgem problemáticas dentro da sociedade que são decorrentes das necessidades básicas de pessoas ou grupos sociais formados por algum interesse em comum. Entre esses grupos, temos seres humanos que apresentam o Transtorno de Déficit de Atenção Hiperatividade- TDAH e que são inseridas nas políticas públicas de Educação Especial e ou inclusiva. Sasaki (1997) define inclusão como sendo:

Processo pelo qual a sociedade se adapta para a poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. (SASSAKI, 1997, p. 18).

Essa definição vai ao encontro de Figueira (2019) que define e percebe a inclusão escolar e social como sendo o processo de mudança no comportamento da sociedade. Isto é, as pessoas com deficiência não mais devem se adequar aos meios sociais, e sim a sociedade deve se preparar para receber e conviver com esses sujeitos.

Na história da educação inclusiva houve uma transição de quatro paradigmas fundamentais para o desenvolvimento social e inclusão da pessoa com deficiência na sociedade. Segundo Sasaki (2002), este momento é conhecido pelo período da exclusão, segregação, integração e inclusão. Desta forma, passamos pelo momento da exclusão das pessoas com deficiência e excluir significava não ofertar qualquer possibilidade que ofereça dignidade a vida dessas pessoas. Os sujeitos que apresentassem alguma característica diferente dos considerados “normais” - física ou intelectual - eram banidos dos espaços comuns, ficando as margens da sociedade pois não recebiam amparo para viver como os ditos normais

[...] As pessoas com deficiência eram excluídas da sociedade para qualquer atividade porque antigamente elas eram consideradas inválidas, sem utilidade para a sociedade

e incapazes de trabalhar, características estas atribuídas indistintamente a todos que tivessem alguma deficiência. (SASSAKI. 1997, p. 13)

Com o passar do tempo e o aumento da população em todo planeta, foram surgindo atividades essenciais para o bom desenvolvimento da sociedade, como áreas voltadas a segurança, saúde, proteção, educação, entre outras. A educação, inicialmente restrita aos nobres, garantia acesso apenas aos privilegiados, pois estes estavam em posição de importância perante os marginalizados. Contudo, ao longo dos anos, a população percebe a importância da escolarização para melhores condições de vida. Assim, iniciou-se as lutas no âmbito educacional, que gradualmente ganhavam força, pois estava depositado na educação a esperança de viver um futuro com mais acessibilidade, menos desigualdades e distinções sociais. Os ditos minoria passaram a lutar por espaços na sociedade, tentando ocupar territórios que, antes, não eram acessíveis a eles, incluindo o campo educacional.

Essa mudança no pensamento social referente a preocupação da escolarização, fez surgir movimentos educacionais que se espalharam por todo o mundo, pois cada vez mais novas mudanças surgiam em decorrência as lutas em prol dos direitos humanos. Entre os grupos sociais que buscavam garantir seus direitos, estavam as pessoas com necessidades específicas que defendiam sua participação ativa na sociedade, exigindo ter valorização e oportunidades.

Buscando romper a escassez educacional que antes não se preocupava em acolher as pessoas com deficiência, foram tomadas medidas que se reconfiguravam a partir de movimentos sociais. Vale lembrar que as conquistas dos sujeitos com deficiência no campo educacional e social, não se concretizaram apenas por registros documentais, mas também graças ao apoio de familiares, pesquisadores e a resistência e lutas incessáveis contra grupos hegemônicos, que buscavam e ainda tenta silenciar grupos desfavorecidos. Com o aumento desses movimentos sociais, superamos o tempo da exclusão.

Em meados do século XIX, iniciou-se o movimento que conhecemos por **segregação**, cujo objetivo era instaurar instituições especializadas para atender pessoas com deficiências específicas.

Por absoluta impossibilidade de acesso às escolas comuns por parte das crianças e jovens deficientes, suas famílias se uniram para criar escolas especiais. Hospitais e

residências eram também utilizados como locais de educação especial. (SASSAKI, 2002, p.3).

O Instituto Nacional de Educação de Surdos é um exemplo dessas instituições que realizam a educação inclusiva. Esse espaço atendia apenas alunos com deficiência auditiva e apesar da prática segregante, o instituto proporcionou avanços que ainda não haviam sido concretizados. Mesmo sem a consolidação da inclusão, esta proposta se mostrou inovadora nesse tempo histórico. Entretanto, pessoas acometidas por outras deficiências continuavam sem amparo social e pedagógico, além de serem impedidos de ter convivência com outros sujeitos.

Os movimentos da pessoa com deficiência foram e são de grande importância para garantir acesso à educação e outros direitos humanos como o ingresso no mercado de trabalho, pois esse espaço oferece subsídios a independência e desenvolvimento cidadão. A inserção e valorização dessas pessoas nesses espaços, assegura que essas pessoas não sejam novamente excluídas. Nesse sentido, os impactos decorrentes aos movimentos que aconteciam em prol da pessoa com deficiência ocasionaram um novo paradigma educacional conhecido por: integração, momento em que crianças e jovens mais aptos eram encaminhados às escolas comuns, classes especiais e salas de recursos.

Durante o período da integração os estudantes com deficiência se “preparavam” para conviver com os demais alunos. Sasaki (1997) relata que nesse tempo o modelo médico tentava “melhorar” as pessoas com deficiências para adequá-las aos padrões da sociedade, buscando “ajustar” suas condições de vida de modo a assemelhá-la aos ditos normais. Portanto, a sociedade oferecia as pessoas com deficiência (quando era possível) meios que possibilitassem experiências semelhante a rotina de uma pessoa “normal”, forçando-as a se adaptar aos meios em que frequentariam. Sasaki (1997) descreve também que a instauração da integração permitiu encontros entre alunos com e sem deficiência mesmo que ainda de forma limitada, uma vez que, os estudantes se encontravam somente durante o recreio e aulas especializadas. Para além disso, os alunos com necessidades específicas não possuíam sala fixa, porém, diferente do que era comum, passaram – durante a integração - a vivenciar experiências educacionais em escolas comuns. O avanço que incentivava a convivência entre pessoas típicas e atípicas acarretou positivamente na vida de pessoas com deficiência, pois a partir daí se tornou cada vez mais comum a interação entre esses sujeitos em lugares comuns como espaços públicos, mercado de trabalho, locais de lazer, eventos, igrejas, etc.

Na década de 1980 em Brasília, houve um encontro Nacional que contou com a presença de representantes das pessoas com deficiência. O momento foi reservado para tratar de mudança que deveriam ocorrer especialmente nas leis da Constituição Federativa, já que antes de 1988 as informações referentes a esse grupo apareciam separadamente num tópico nomeado por “excepcionais”. Em defesa às pessoas com deficiência, a exigência era em prol de que na nova Constituição (1988) essas pessoas fossem contempladas ao longo de todo o documento e não mais de forma separada, para assim ter seus direitos humanos respeitados. Com isso, em 1988 a nova Constituição Brasileira é publicada, garantindo em seu Art. 205 que

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho [...]. (BRASIL, 1988, p. 123).

Com esse avanço, cada vez mais as pessoas com necessidades específicas foram sendo inseridas em diferentes espaços da sociedade, rompendo com preconceitos além disso, superando barreiras de inacessibilidade que antes impossibilitavam seu convívio e bem-estar cotidiano. No mesmo período, foi publicado o Art. 206 que diz que o ensino deverá ser ministrado seguindo alguns princípios, constando entre eles: “a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988, p 123). O documento também abre espaço a novas discussões acerca dos direitos, oportunidades e participação das pessoas com deficiência em diversas áreas sociais. Dentre as conquistas garantidas a partir da publicação da Constituição de 88, está a educação básica como sendo obrigatória e gratuita para pessoas com idade entre 4 e 17 anos, sendo assegurado pelo Art. 208 o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988, p. 124). Porém, a partir do termo “*preferencialmente*”, vemos que ainda há um descarte da obrigatoriedade de atendimento aos alunos com deficiência, podendo a escola escolher entre recebê-los ou não.

Os movimentos realizados em prol dos direitos das pessoas com deficiência se tornaram tão amplo que ganharam atenção de diversas nações em torno do mundo, que sentiram a necessidade em realizar conferências a partir da Organização das Nações Unidas - ONU. Em 1994, com a Declaração de Salamanca, documento que trata Sobre Princípios,

Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, torna-se referência a nível mundial e busca nortear, organizar e operacionalizar a educação de modo geral, indiciando a chegada de um novo paradigma educacional ao defender a inclusão escolar de todos os alunos, garantindo entre um dos seus princípios que: [...] O currículo deve ser adaptado às necessidades das crianças, e não vice-versa. Escolas devem, portanto, prover oportunidades curriculares que sejam apropriadas a criança com habilidades e interesses diferentes.

A Declaração de Salamanca (1994) implica avanços no âmbito educacional, pois ao organizar e trazer contribuições acerca das configurações educacionais de todo o planeta, proporciona um esclarecimento conseguinte de um amadurecimento sobre o sistema de educacional, inclusive no Brasil. A publicação do documento gera um esforço internacional e comum das nações em diversas partes do mundo, ressignificando a responsabilidade dos Estados sobre a atribuição de oferta e garantia a educação para todos, inclusive estudantes com deficiência, ou seja, as atividades voltadas ao público de pessoas com necessidades educacionais especiais que antes ficavam restritas à órgãos privativos, passaram a ser também responsabilidade do órgão público. A Declaração de Salamanca também corrobora na organização formal da Educação Especial, pois deixa explícito a importância do contexto escolar como meio que proporciona interação social contribuindo na aprendizagem de costumes cívicos por meio das experiências com a diversidade e produção de trocas sociais, capacitando as pessoas para o mercado de trabalho, espaço social que garante a independência.

Em 1996 no Brasil, é aprovada a Lei nº 9.394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) que trata sobre as diferentes modalidades do ensino regular do sistema educacional brasileiro que ressignifica novamente as configurações da educação buscando contemplar grupos sociais que foram, em determinado tempo, reclusos do ambiente escolar. A Educação Especial já sendo mencionada como modalidade de ensino, torna-se responsabilidade do Estado determinando que a oferta do atendimento educacional deve acontecer em classes, escolas ou serviços especializados no caso de alunos que não conseguiram se integrar nas classes regulares. Além disso, o documento traz o Ensino Bilíngue como uma modalidade educacional que deve ser ofertada pelas escolas atendendo aos alunos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizastes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, como consta no Art. 60 da LDBEN, afetando positivamente no que diz respeito a socialização das pessoas com deficiência

auditiva no mercado de trabalho, uma vez que esses sujeitos interagem com materiais que facilitem sua comunicação com outras pessoas.

Em 2001, as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) defendem o paradigma da educação inclusiva, como estabelecido pela Declaração de Salamanca (1994). A inclusão nesse documento é entendida como garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade.

Sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida. (BRASIL, 2001, p.20).

As conquistas que aconteceram diante da mobilização de movimentos em prol dos direitos das pessoas com deficiência acarretaram ganhos políticos, educacionais e sociais contudo, notamos que o movimento de integração se prolonga por muito tempo no território brasileiro. Para além disso, vemos como a educação apresenta papel fundamental quanto a superação de obstáculos que vulnerabilizavam socialmente as pessoas com deficiência, pois rompem com definições médicas que por vezes não reconhecem as especificidades desses sujeitos como potencialidades e sim, como uma condição limitante do corpo.

Os movimentos das pessoas com deficiência ganharam força, espaço social, político e educacional, e gradualmente este grupo passou a ocupar novas oportunidades dentro da sociedade. Em 2008 o Decreto nº 186 promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2008) e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, trazendo os direitos e deveres das pessoas com deficiência e buscando garantir a participação cívica destes sujeitos na sociedade. Diversas questões foram pautadas no presente documento abordando questões sobre a garantia de direitos que devem ser respeitados por todo cidadão para que as pessoas com deficiência vivam bem em sociedade, contribuindo à sua comunidade e sendo respeitados por suas limitações. O Artigo 24 da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2008) nos mostra avanços significativos no âmbito educacional, assegurando às pessoas com deficiência acesso ao ensino primário inclusivo, de qualidade e gratuito, e ao ensino secundário, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem. O documento garante também, por parte do Estado, que

As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino primário gratuito e compulsório ou do ensino secundário, sob alegação de deficiência [...] (BRASIL, 2007, p. 28)

Ainda em 2008, entrou em vigência a Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) apontando como diretrizes a construção de sistemas educacionais inclusivos, garantindo o direito de todos à educação, o acesso e as condições de permanência e a continuidade dos estudos no ensino regular, expondo a importância da presença dos alunos com deficiência nas salas de aula comum, possibilitando vivências, trocas de aprendizagens e construção de diferentes relações com os alunos ditos “normais”. O documento tem por objetivo

[...] assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008, p. 14)

A política tratou sobre a reorganização do sistema educacional brasileiro, explicitando a necessidade de um conjunto de apoios para que a educação inclusiva de fato aconteça. Além disso, o documento reafirma que as matrículas de alunos com deficiência devem acontecer em salas de aulas comuns, de escolas comuns e o atendimento educacional especializado (AEE) deve ser realizado, preferencialmente, em escolas comuns, no contraturno, de forma complementar ao ensino regular. O Atendimento Educacional Especializado - AEE, conforme referido na LDB (BRASIL, 1996) e na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2020), é fundada na formação continuada de professores; possibilidade do trabalho em conjunto entre professor(a) especialista e educador regente; sala de recursos multifuncionais, sendo complementar ao ensino regular e não substitutivo.

De modo geral, o Atendimento Educacional Especializado busca desenvolver habilidades pessoais e pedagógicas do aluno, tendo como apoio a criação de recursos concretos que venham contribuir para o desenvolvimento subjetivo dos estudantes, avaliando por meio da participação do aluno os melhores meios de aprendizagem de cada um e procurando superar os desafios encontrados, além de potencializar as experiências de conhecimento dos sujeitos, orientando-os de modo a consolidar a autonomia para o convívio social.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), fez-se durante (aproximadamente) onze anos no Brasil, produzindo avanços significativos no que diz respeito a formação básica dos professores, mentalidade das comunidades, familiares e grupos sociais. Considerando os documentos constitucionais brasileiros, houve conquistas adquiridas para as pessoas com deficiência, especialmente no âmbito educacional. Entretanto, o financiamento governamental destinado à educação não foi compatível ao tamanho das mudanças almejadas, pois para tornar real a inclusão escolar e social de pessoas com deficiência existe uma necessidade de transformações na mudança do cenário educacional, acessibilidade arquitetônica, recursos materiais, estruturação das escolas, sistemas de apoio, entre outras mudanças concretas.

Em 2020 foi publicado o Decreto nº 10.502 - Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida (BRASIL, 2020), trazendo implicações de descumprimento sobre preceitos fundamentais a realização da inclusão da pessoa com deficiência, dando abertura a discriminação em função da deficiência e retomando a possibilidade dos sistemas educacionais não serem inclusivos. O documento dá abertura a escolha das famílias ao poderem optar pela matrícula do estudante com deficiência no ensino regular ou classes especiais, atribuindo a equipes multiprofissionais a tarefa de avaliar o educando direcionando-o à instituição mais adequada a ser frequentada pelo estudante. O Decreto fez retroagir pensamentos dos profissionais da psicologia e serviços sociais, por exemplo, pois atribuiu a esses profissionais o trabalho de avaliação dos alunos, deixando-os responsáveis por determinar o espaço mais adequado para a escolarização do aluno. Além disso, interferiu na inserção desse grupo no mercado de trabalho, uma vez que novamente passaram a ser discriminados e vistos como incapazes de participar de certas demandas.

Os movimentos sociais que defendem a continuidade do sistema educacional numa perspectiva inclusiva declararam ação direta de inconstitucionalidade e descumprimento de

preceito fundamental, acarretando a suspensão do Decreto (10.502) que ainda não foi julgado por um supremo tribunal. Com isso, os direitos educacionais e sociais de pessoas com deficiência podem sofrer retrocessos, nos demandando continuar em constante luta para resgatarmos os princípios dos direitos constitucionais que devem ser garantidos a todos, rompendo com discriminações, preconceitos e especialmente com a exclusão que tanto foi praticada no território brasileiros. Outra lei importante que foi promulgada em 2021 estabelece um ponto interessante para as pessoas que tem TDAH. A lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021 teve uma ementa que “dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem” (BRASIL, 2021, p.1). Ou seja, mais uma conquista para quem luta a fim de ser compreendido e incluso no sistema educativo.

Portanto, finalizamos essas escritas recorrendo ao conceito de Paulo Freire que fala sobre “esperançar”. Esperançar por um mundo melhor; uma sociedade mais justa; lutar por espaços em que não existam distinções de qualquer tipo; respeitar os diferentes modos de existência humana; reconhecer as especificidades como potencializadoras do valor a vida e, principalmente, esperançar pela liberdade e felicidade de todos. Acreditar na inclusão, é crer também que todos podem aprender igualmente desde que tenham suas diferenças respeitadas e potencializadas.

4. ANÁLISES DA ENTREVISTAS ABERTAS: A VALORIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS COMO MEIO DE POTENCIALIZAR NOVAS OPORTUNIDADES PESSOAIS E PROFISSIONAIS

Nesse tópico, apresentarei as reflexões que foram produzidas a respeito das entrevistas abertas realizadas com duas pessoas diagnosticadas com o Transtorno do Déficit de Atenção. A partir dos relatos dos entrevistados, foi possível compreender melhor sobre esse assunto, pois por meio das entrevistas, relembramos experiências que eles viveram no espaço escolar e mercado de trabalho.

Os participantes apresentaram o seguinte perfil: a primeira chamamos de Débora, que tem 46 anos e atua como professora de Educação Tecnológica em uma unidade de ensino privado. A participante é formada nas áreas de Engenharia Agrônômica, Agronomia e Técnico em Informática. De acordo com ela, seu processo diagnóstico foi demorado porque sua família morava no interior onde tinham pouco acesso a informação e médicos especializados.

A segunda pessoa participante, chamamos de Rômulo. Ele tem 32 anos e atua como psicólogo. O entrevistado tem formação na área de psicologia e relatou que percebia inquietações emocionais e cognitivas na infância, porém foi diagnosticado com TDAH já na sua juventude. Apesar do processo diagnóstico de Rômulo ter acontecido de forma tardia, foi concluído rapidamente.

Analisamos os participantes por meio de quatro temáticas que foram pensadas ao elaborar as entrevistas. São elas: experiência escolar na educação básica; experiência no curso superior; experiência familiar; experiência profissional e pessoal. Além disso, seguimos um roteiro de perguntas pré-estabelecida para nortear as entrevistas com os participantes, desenvolvendo-se na ordem exposta a seguir:

- 1) Conte algumas experiências familiares que mais te marcaram desde a infância até sua vida adulta?
- 2) O que você gostaria de enfatizar e diferenciar sobre suas experiências escolares vivenciadas desde a Educação Infantil, Ensino Fundamental até e Ensino Médio?
- 3) Como era sua relação com seus colegas e professores?

- 4) Quais eram seus planos após a conclusão do ensino médio?
- 5) Quando você descobriu que tinha o Transtorno do Déficit de Atenção como você lidou com esta descoberta e como isto impactou no seu dia a dia?
- 6) Conte sobre suas experiências no ensino superior e no mercado de trabalho.
- 7) Quais foram as contribuições que os espaços escolares desde a infância até o ensino superior tiveram sobre sua vida pessoal e profissional?
- 8) Como você lida com TDAH no seu trabalho?
- 9) O que você gostaria de enfatizar sobre o TDAH na vida de pessoas e dos professores que lidam com este transtorno?
- 10) Você gostaria de fazer alguma observação em relação a esta entrevista?
- 11) Tem algo que você gostaria de acrescentar que não foi enfatizado neste momento de entrevista semiaberta?

4.1 Experiência escolar na Educação Básica

Por meio das entrevistas, percebemos que as dificuldades apresentadas por ambos no ambiente escolar eram similares em alguns tópicos, mas também havia diferenças significativas. Nas experiências relatadas acerca do Ensino Fundamental e Médio, Débora relembrou que sentia muita dificuldade de concentração em sala de aula, pois o transtorno impactava mais no que diz respeito a inquietação física e isso fez com que ela sentisse necessidade de se movimentar o tempo todo, mesmo com uso da medicação.

A gente não consegue parar quieto, de um jeito ou de outro precisamos levantar. Mesmo tomando remédio da vontade de levantar. É difícil parar totalmente, a perna balança [...] A desculpa sempre era ir ao banheiro ou beber água (Débora, entrevista aberta, realizada em 11 nov 2022).

Por outro lado, Rômulo conta que vivenciou algumas inquietações em relação ao excesso de pensamento durante as aulas, e por isso buscava criar estratégias que facilitassem na sua compreensão quanto aos conteúdos estudados. O participante afirma que *“Os professores me perguntavam como eu chegava em certos resultados e eu não sabia como, mas descobria que estava certo (Rômulo, entrevista aberta, realizada em 18 abr 2023).* Para além disso, ele criou mecanismos que o ajudavam a lidar com o excesso de pensamentos dentro da sala de aula. *“Eu era considerado pela turma como inteligente. As pessoas não percebiam minhas dificuldades, mas eu tinha [...] eu tinha que inventar o meu jeito de entender as coisas.” (Rômulo, entrevista aberta, realizada em 18 abr 2023).* Por causa dessa estratégia usada consigo próprio, Rômulo relatou ter sentido facilidade quanto a realização das tarefas no contexto escolar, afirmando ser percebido pelos professores como o aluno destaque, já que superava as expectativas dos educadores especialmente em atividades que exigiam produção textual e criatividade.

Os relatos de Débora e Rômulo no que diz respeito a esse período educacional, nos ajudaram a perceber a relação que ambos tinham com os profissionais da educação. Débora, por exemplo, relembrou ter se sentido pouco acolhida e incentivada pelos professores, afirmando que os educadores a viam como a aluna que *“vivia na lua” (Débora, entrevista aberta, realizada em 11 nov 2022)* por estar dispersa com frequência. Ela nos conta também, que mesmo depois do diagnóstico, seus professores não buscaram estratégias para ajudá-la mesmo tendo conhecimento das dificuldades apresentadas por ela.

Nesse sentido, Rômulo faz a seguinte afirmação: “*Eu mesmo criava meus meios de estudar*”, (Rômulo, entrevista aberta, realizada em 18 abr 2023). O participante relembrou que criava sozinho meios que facilitassem seu entendimento quanto aos conteúdos escolares, uma vez que, ele, sua família e a escola ainda não tinham conhecimento sobre o Transtorno. Rômulo relatou que desde novo apresentava comportamentos considerados incomuns pelos demais, já que demonstrava uma maturidade avançada para a idade que tinha. Ele nos contou que era visto pelos seus colegas como diferente porque tinha grande interesse por leitura e assuntos diversos, fazendo com que desenvolvesse grande repertório de palavras, conhecimentos múltiplos e pouco interesse em interagir com crianças da idade dele. O entrevistado mencionou que se sentia isolado e preso no próprio mundo porque, por muito tempo, não se sentia compreendido pelos colegas e adultos com que convivía no dia a dia.

Em um de seus trabalhos, Figueira (2019) discute sobre a autoestima das pessoas com o Transtorno do Déficit de Atenção, afirmando que esses sujeitos são frequentemente criticados pela forma que realizam suas tarefas. Nesse sentido, o autor faz a seguinte afirmação

[...] Ao contrário de alguns distúrbios, pessoas com tdah não conseguem esconder que têm o transtorno. No colégio, no trabalho, no parque, e nas ocasiões de convivência em geral, a impulsividade do tdah o denuncia rapidamente, e seu comportamento é imediatamente reconhecido como ‘inconveniente’, expondo-o a uma situação de embaraço. Por outro lado, as respostas vindas do meio externo (família, colegas de classe ou trabalho, professores, chefes, etc.), frequentemente são de crítica, repressão, descrédito ou chacota. A inabilidade para esconder o distúrbio e o feedback negativo que eles recebem, contribuem severamente para que sintam como se estivessem sempre errados ou fazendo besteiras. (FIGUEIRA, 2019, p. 200)

Nesse sentido, concordamos com o autor quando ele trata sobre as experiências negativas que essas pessoas podem ter no que diz respeito a interação social e críticas desestimuladoras. Percebemos que a ausência do diagnóstico precoce para Rômulo, ocasionou comprometimentos nas relações interativas na infância e adolescência dele, influenciando também nos ciclos afetivos criados na vida adulta do participante.

Quando questionados sobre as áreas em que tinham maior interesse ou dificuldade, os participantes apresentaram algo em comum: a facilidade na área de arte e grande habilidade para produzir novas ideias e projetos. Eles afirmaram essa característica como uma lembrança positiva sobre as experiências educacionais.

No que diz respeito a interação com os colegas da escola, tanto Débora como Rômulo tiveram dificuldade para socializar com os outros estudantes. De acordo com ambos, eles percebiam o mundo de uma forma diferente e isso impactava negativamente nas relações de amizade que tentavam construir. Os participantes acreditam que isso acontecia porque os assuntos abordados por eles, geralmente não eram do interesse dos outros alunos. O comprometimento de Débora, nesse período, parece ter sido maior, já que ela relatou ter criado pouca ou nenhuma relação com amigos durante a educação básica. *“Eu tinha a minha mãe que me ajudava a estudar em casa, e na escola eu tinha meu primo que era da mesma sala que eu [...] ele era o meu suporte na escola* (Débora, entrevista aberta, realizada em 11 nov 2022).

Ainda sobre as interações, Rômulo também lembrou se sentir sozinho, principalmente no fundamental. Ele nos contou que isso impactou nas relações de amizade que construiu no ensino médio. *“era como se eu tivesse o meu mundo. Eu não conseguia me conectar com outras crianças, ficava meio que de fora”* (Rômulo, entrevista aberta, realizada em 18 abr 2023). De acordo com o participante, a necessidade que sentia em ser aceito pelos outros o levou a tomar atitudes que não eram positivas para ele. O desejo em ser acolhido pelos demais era tão intenso, que ele começou a apresentar comportamentos que se estenderam para fora do ambiente escolar: beber, fazer uso de drogas ilícitas e se tatuar de forma impulsiva como meio de se expressar.

Quando analisamos o período em que Débora e Rômulo estudaram, (entre 1980 e 1990) percebemos que alguns desafios se deram pela falta de informação e apoio escolar ou familiar. Esse fator pode ter relação com o marco histórico dessa década no Brasil, considerando que ainda havia pouca informação sobre o Transtorno do Déficit de Atenção. Ao investigar a constituição do TDAH no cenário científico e educacional brasileiro, percebemos que Pereira (2009) afirma que os estudos acerca do Distúrbio do Déficit de Atenção (DDA), que aconteceram em 1980, deram origem ao atual Transtorno do Déficit de Atenção. Somente a partir do ano mencionado é que os estudos sobre o transtorno se intensificaram, devido uma crescente busca por especialistas e novas descobertas científicas sobre essa temática

Distúrbio do Déficit de Atenção (DDA), que guarda poucas diferenças sintomatológicas com relação ao diagnóstico TDAH, foi estabelecido pela primeira vez em 1980, com a publicação da versão anterior do manual diagnóstico, o DSM III. Desde então, esse diagnóstico tem se disseminado crescentemente dentro e fora do meio psiquiátrico [...] (PEREIRA, 2009, p 11).

Desse modo, quando analisamos as experiências relatadas pelos entrevistados, percebemos que a falta de informação daquele tempo pode ter contribuído para a ausência de apoio escolar, gerando para os participantes, as dificuldades na interação social, comprometimento em áreas escolares e falta de preparo para o mercado de trabalho. A vivência de ambos contou com pouco amparo de profissionais da educação, apesar de Rômulo ainda não ter conhecimento sobre a diagnose.

Nesse sentido, reforçamos junto a Figueira (2019) sobre a importância da prática inclusiva no tempo contemporâneo. O autor fala a respeito da concretização da educação inclusiva nas escolas atuais. Ele afirma que para tornar a educação de fato inclusiva demanda investimento contínuo nos profissionais da educação a fim de diminuir a escassez que existe nessa modalidade educacional. O escritor reforça também a importância da capacitação qualitativa dos educadores, percebendo isso como fator fundamental para a superação de barreiras apresentadas por pessoas com necessidades específicas no ambiente escolar

Há no mercado de Educação uma carência de profissionais especializados nesta área [...] A ação educacional tem sido, entre nós, de difícil concretização. A “mão-de-obra” especializada na Educação Especial sempre foi uma grande dificuldade. Não há profissionais para tal e os que existem, são muito mal remunerados, devido á carência e problemas financeiros das entidades. (FIGUEIRA, 2019, p. 125)

Sendo assim, concluímos que um aumento no investimento financeiros voltada para as escolas proporcionaria maior acesso a recursos específicos direcionado a pessoas com necessidades educacionais especiais, além de auxiliar na capacitação de profissionais qualificados para atuar nessa modalidade educacional.

4.2 Experiência escolar no ensino superior

Quando conversamos sobre a passagem do Ensino Médio para o Superior, Débora voltou a dizer que não se sentiu apoiada e relatou não ter recebido incentivos para continuar os estudos. Mesmo assim, por interesse próprio, realizou um curso técnico voltado para informática e apresentou grande potencial nessa área. De acordo com ela, por não receber incentivo para explorar as possibilidades de atuação nesse campo, finalizou o curso sem dar muita importância.

Minha família queria que eu seguisse carreira na área da educação, como professora. Tanto que no meu ensino médio eu fiz magistério que hoje não vale mais, mas além disso fiz também o técnico em informática que era minha paixão. A escolha do curso de informática foi pessoal porque a escola quase não se envolvia com isso. Eu não me sentia preparada para o mercado de trabalho. Na escola, não tive nenhuma preparação. O que mais me ajudou foi minha família (Débora, entrevista aberta, realizada em 11 nov 2022).

Débora nos contou que sentiu muita dificuldade para passar no vestibular e por isso demorou a ingressar no ensino superior. “Foi difícil. Fiz vestibular e na 3ª tentativa consegui passar” (Débora, entrevista aberta, realizada em 11 nov 2022). Quando conseguiu entrar na faculdade, por meio da sugestão dos pais, cursou engenharia agrônoma, mas não prosseguiu por não se interessar na área. A participante também cursou agronomia e relatou não ter gostado das experiências que viveu no mercado de trabalho. Num momento seguinte, ela decidiu realizar um curso Técnico em Informática pelo qual criou grande afeição. Teve grande aproveitamento no curso, pois tinha possibilidade de se relacionar com estudos do interesse dela, além de explorar a criatividade por meio da criação de conteúdos digitais. Durante o curso de informática, Débora recebeu apoio dos professores que perceberam potencial na aluna e exploraram com ela novas possibilidades de atuação no mercado de trabalho. A entrevistada lembrou que nesse período criou amigas que se estenderam para além do curso.

Quanto o ingresso de Rômulo no ensino superior, foi demorado como o de Débora. O entrevistado relatou que seu interesse por diversas áreas o causava ansiedade fazendo com que se cobrasse demasiadamente em relação aos estudos e organização pessoal. Ele também se recordou de ter recebido pouco incentivo para continuar os estudos e só depois de muito tempo, a partir da sugestão de um amigo, resolveu fazer o vestibular. Rômulo passou na primeira tentativa. O curso de psicologia para ele foi fundamental, pois o incentivou a

investigar seus comportamentos incomuns e por isso teve conhecimento sobre seu diagnóstico. O participante relatou que ter conhecimento sobre o transtorno foi positivo e esclarecedor.

Eu demorei para entrar na faculdade porque tenho um problema sério com indecisão [...] desde criança eu adorava coisas que falavam sobre a mente. Eu me achava meio estranho se comparado a maioria. Eu queria entender os outros e me perguntava ‘por que que as pessoas fazem isso?’, ‘por que as pessoas são assim?’ porque eu não conseguia entender coisas básicas que todo mundo entendia. Como eu me achava estranho, isso me fez procurar entender as pessoas e aí comecei a estudar sobre o corpo humano e me entender melhor (Rômulo, entrevista aberta, realizada em 18 abr 2023).

Ainda sobre as experiências de Rômulo, ele nos contou que sempre buscava alcançar notas máximas em tudo que fazia e se sentia mal quando isso não acontecia. Como modo de diminuir esse comportamento na faculdade, buscou se esforçar para se cobrar menos.

Como eu já tinha lido muita coisa sobre a psicologia, eu me dei muito bem no curso. Minhas notas sempre eram 9 ou 10 e isso se tornou um problema porque quando eu tirava notas menores, eu ficava muito mal. Eu me esforcei para tirar notas menores porque eu sabia que era um perfeccionismo muito grande querer sempre 10. Foi um processo lento aceitar tirar notas menores, mas eu conseguir e hoje diminui bastante esse perfeccionismo. Não foi fácil, eu só queria 10, só aceitava 10 e isso me desgastava muito!” (Rômulo, entrevista aberta, realizada em 18 abr 2023).

O participante afirmou notar diferença no manejo realizado por seus professores da faculdade, explicando que seus professores o acolheram com naturalidade e valorizavam as contribuições trazidas por ele durante as aulas. “O curso que escolhi tem um respeito maior pelos incômodos das pessoas. Das fobias, dos traumas. O curso de psicologia costuma olhar e entender essas coisas”. (Rômulo, entrevista aberta, realizada em 18 abr 2023)

4.3 Experiência familiar

Em relação ao acolhimento familiar, ficou evidente que apesar das dificuldades relatadas por Débora, foi positivo para ela contar com o apoio familiar, especialmente materno, já que sua mãe atuava na área da educação e por isso adquiriu conhecimentos sobre o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade.

Receber o diagnóstico de forma precoce, ajudou Débora a entender alguns de seus comportamentos como por exemplo: a inquietude física. O fato dela entender ter uma necessidade biológica de estar em constante movimento lhe deu clareza sobre as dificuldades que possuía na realização de determinadas tarefas. A investigação do diagnóstico da entrevistada foi motivada pela família.

Por outro lado, para Rômulo, foi prejudicial não ter nenhum conhecimento sobre o transtorno, pois isso ocasionou num diagnóstico tardio. O entrevistado relatou não ter sentido tantos impactos no que diz respeito a conhecimentos pedagógicos, mas lembrou que a sua condição emocional e cognitiva foi, por vezes, negativa e assim, houve grande comprometimento na interação social e aspectos comportamentais da vida dele. Relato de Rômulo:

Eu tinha uma instabilidade de humor muito grande. Era muita raiva e hoje eu vejo que era algo derivado do TDAH [...] era muito grosseiro, tinha raiva e não tinha freio das emoções. Eu não sabia me expressar porque sou introvertido e parece que o meio que encontrei de me manifestar foi a partir das tatuagens. Tatuei meu nome e nessa época eu estava com tanta raiva que tatuei “ódio” no braço” (Rômulo, entrevista aberta, realizada em 18 abr 2023).

A relação de Rômulo com a família foi complexa porque ele não era compreendido quando apresentava comportamentos de impulsividade em casa e como consequência, era repreendido pelos familiares. Figueira (2019) fala sobre a importância da busca de informações dos familiares para subsidiar a caminhada de pessoas com necessidades específicas na escola e sociedade. De acordo com o autor

[...] O melhor caminho será a educação do nosso povo quanto à saúde e o esclarecimento aos futuros pais da necessidade de maiores conhecimentos quanto à concepção, nascimento e criação do novo ser [...] (FIGUEIRA, 2019, p 85).

Nesse sentido, defendemos a importância da educação como contribuinte na diminuição de barreiras enfrentadas por pessoas com necessidades específicas no ambiente escolar e mercado de trabalho, confiando que a área educacional pode fornecer aos estudantes, familiares e comunidade, informações essenciais para a valorização da diversidade humana.

Retomando os relatos do entrevistado, ele lembrou que era comum em atividades como ajudar na organização de casa, que ele se cobrasse de forma desacerbada para manter

tudo extremamente organizado. O participante relatou uma lembrança que teve na infância. Ele contou sobre ajudar a arrumar a casa, dizendo se dedicava tanto que sentia um enorme desgaste emocional e físico. Quando recebia retornos negativos como: *“Você poderia ter arrumado isso de outro jeito”* (Rômulo, entrevista aberta, realizada em 05 abr 2023) ele se martirizava e se desgastava ainda mais para melhor no próximo dia e se sentia frequentemente frustrado e desmotivado.

Rômulo lamentou ter recebido o diagnóstico de forma tardia, pois percebeu como isso o prejudicou na infância e adolescência. *“Eu sofri a vida todo sem saber o que eu tinha e ficava me achando estranho. Quando descobri o diagnóstico eu me encontrei, eu me sinto mais tranquilo e isso é muito bacana”* (Rômulo, entrevista aberta, realizada em 18 abr 2023). Junto à Pereira (2019) afirmamos a importância do diagnóstico precoce, já que a diagnose de forma tardia pode trazer prejuízos ao longo da vida como aconteceu com o entrevistado

À diagnose precoce do TDAH é atrelada a sua associação a comprometimentos acadêmicos, sociais e profissionais. Os riscos aos quais os portadores de TDAH estão expostos são enfatizados em detrimento dos sintomas primários do transtorno, como ser distraído, ou mexer-se demais quando se deve permanecer parado. (PEREIRA, 2019, p. 134)

A falta do diagnóstico precoce influenciou, portanto, na capacidade de Rômulo em desenvolver o autoconhecimento, uma vez que, a pessoas acometida pelo Transtorno não tem ciência da origem dos seus comportamentos negativos, podendo assim ocasionar estranhamento de si como aconteceu com ele.

Por fim, como meio de diminuir o histórico excludente que permeia a sociedade por tanto tempo, defendemos a prática educacional sensível como fundamental no processo de inclusão das diferenças na escola e sociedade. Para que isso aconteça, é importância que os profissionais da educação estejam atentos aos sinais dados pelos estudantes por meio da criação de estratégias que possam avaliar se as dificuldades apresentadas pelo aluno são comum a todos ou não, já que a escola pode fornecer orientações às famílias que encaminharam as crianças para médicos especializados quando for necessário. Esse pensamento que visa acolher e potencializar as experiências, vai ao encontro dos estudos realizados por Pereira (2019) que defende a criação de vivências positivas para o desenvolvimento subjetivo

Quanto mais atividades e experiências a criança tiver, onde possa se sentir bem com ela mesma, maior será seu potencial de desenvolvimento. Como muitas crianças com TDAH se inibem facilmente, por medo de errar, e se privam de novas experiências, particularmente aquelas que envolvem potencial para fracasso ou rejeição social, certifique-se de criar experiências simples que ofereçam uma chance altíssima de sucesso. (PEREIRA, 2019, p. 202)

Nesse sentido, afirmamos a importância do olhar sensível do educador e em contrapartida do papel escolar como instituição que pode fornecer informação as famílias e comunidade. Esse repasse de informações deve contribuir positivamente para que a pessoa com TDAH não passe por muitas experiências negativa, uma vez que, terá autoconhecimento de si, além de receber apoio dos demais envolvidos.

4.4 Vida profissional

Quanto ao mercado de trabalho, Débora disse que atuou na área de agronomia e não se lembrou de muito para relatar, pois ficou pouco tempo nessa profissão. De acordo com ela, muitas coisas que experimentou no campo da agronomia eram erradas, por isso decidiu não dar continuidade. A participante escolheu se dedicar a robótica, que era voltada para o curso de técnico em informática, cuja formação ela tinha muito interesse.

Eu terminei a faculdade de agronomia junto com o curso de técnico em informática. No Pará, onde eu morava naquele tempo, não tinha muita oportunidade. Para agronomia até que tinha em algumas áreas, mas era uma terra muito masculinizada. Tinha mais chances para homens, tendo mais espaço para o trabalho masculino do que feminino (Débora, entrevista aberta, realizada em 11 nov 2022).

Ter conhecimento sobre a educação tecnológica, motivou Débora a participar de um processo seletivo para trabalhar num colégio de rede privada, lugar onde ela trabalha atualmente em 2023. Ela passou na entrevista e começou trabalhando como bibliotecária. Enquanto atuava nessa função, se destacou pelas habilidades tecnológicas que possuía e depois de certo tempo foi convidada pela equipe diretiva da escola a se tornar professora de educação tecnológica no colégio.

[...] quando consegui oportunidade na área de agronomia comecei a trabalhar e mesmo atuando na minha área de formação, em nível superior, cada vez mais eu me apaixonava pela robótica. Procurei me especializar em

robótica, a aprender mais, fiz pós-graduação e a partir dos estudos conheci um grupo de amigos. A gente sempre estava junto. Fomos nos apaixonando pela robótica e eu fui substituindo minha área de atuação. (Débora, entrevista aberta, realizada em 11 nov 2022).

Ela aceitou e diz ser muito realizada com sua profissão. A participante relatou que na entrevista de emprego foi questionada sobre ter alguma patologia e ela afirmou que sim, contudo, em momento algum foi discriminada. Na verdade, a entrevistada nos conta que o colégio a ajudou a se encontrar e potencializar suas experiências, interesses e habilidades no mercado de trabalho.

Débora afirmou que percebe comprometimento da escola no que diz respeito a promover práticas inclusivas no cotidiano escolar, tanto com os alunos como com os funcionários. *“A diretora do colégio me liberava para participar de torneios relacionados à robótica. O direito me parabenizou quando soube que venci o torneio e eu nem sei como ficaram sabendo disso porque eu não divulgava”* (Débora, entrevista aberta, realizada em 11 nov 2022). Desta forma, ela afirmou que a escola tem um compromisso profissional e educativo com os docentes, alunos e o corpo administrativo que atua nessa escola, além de destacar a importância da educação tecnológica na prática educacional dos profissionais da educação *“A tecnologia é necessária na nossa vida. Todos devem se adaptar ou conhecer os jogos para entender a mecânica dele porque a mecânica do jogo será o processo da transformação para o futuro”* (Débora, entrevista aberta, realizada em 11 nov 2022).

As experiências profissionais da entrevistada no que diz respeito ao seu trabalho atual, reforçam o conceito de empresa inclusiva destacada por Sasaki (1997), estudioso que defende a prática inclusiva em diferentes espaços sociais. O autor descreve a inclusão como sendo ampla, porém possível a partir da compreensão e respeito à diversidade

Uma empresa inclusiva é, então, aquela que acredita no valor da diversidade humana, contempla as diferenças individuais, efetua mudanças fundamentais nas práticas administrativas, implementa adaptações no ambiente físico, adapta procedimentos e instrumentos de trabalho, treina todos os recursos humanos na questão da inclusão etc. Uma empresa pode tornar-se inclusiva por iniciativa e empenho dos próprios empregadores, que para tanto buscam informações pertinentes ao princípio da inclusão, e/ou com a assessoria de profissionais inclusivistas que atuam em entidades sociais. (SASSAKI, 1997, p. 31)

Sobre as experiências profissionais de Rômulo, foi relatado que por volta dos 18 anos ele entrou para o mercado de trabalho atuando como vigilante. O participante relembrou alguns episódios desse período e confessou se perceber despreparado em muitos momentos por agir, principalmente, com impulsividade.

Tendo ciência de que cada experiência é única, percebemos que o autoconhecimento contribui significativamente para que pessoas que possuem TDAH. A partir do conhecimento de si, é possível que a pessoa se perceba nos espaços sociais e consiga fazer autocrítica a fim de melhor compreender-se e relacionar-se com seus colegas nos espaços de socialização. Infelizmente, com Rômulo, não aconteceu assim. Ele relatou também exemplo de algumas brincadeiras de mal gosto que fazia fora de hora com os colegas de trabalho. Além disso, mencionou que teve dificuldade de interação porque era extremamente perfeccionista e bastante desatento durante as demandas de trabalho.

Rômulo relatou ter tranquilidade na vida adulta por ter conhecimento do diagnóstico, mas lamentou por não ter descoberto mais cedo.

Sem dúvidas o diagnóstico precoce ajudaria porque quando isso acontece a família tende a criar essa criança de forma diferente, estimulando-a, e aprendendo a lidar com as emoções e frustrações dela. Eu também já cresceria sabendo como lidar com minhas dificuldades. Eu ainda tenho muitos problemas em relação ao TDAH, como me organizar, especialmente financeiramente. Eu gasto demasiadamente, sem pensar no amanhã porque sou impulsivo e só consigo pensar no hoje. Quando quero alguma coisa faço na hora, sem pensar nas consequências. (Rômulo, entrevista aberta, realizada em 18 abr 2023).

Por outro lado, para Débora, receber o diagnóstico de forma precoce foi fundamental para o desenvolvimento pessoal dela, visto que apesar de passar por desafios, ela tinha conhecimento sobre a motivação de suas dificuldades e isso possibilitou que ela superasse com mais facilidade suas dificuldades, contribuindo para o desenvolvimento da autoestima e autoaceitação, fatores importantes na vida dela. De acordo com Pereira (2019)

A autoestima basicamente se refere a uma avaliação subjetiva que a pessoa faz de si mesma num todo, como sendo intrinsecamente positiva ou negativa em algum grau. A autoestima envolve tanto crenças pessoais [...] quanto emoções associadas [...]. A autoaceitação é uma postura positiva com relação a si mesmo. Inclui elementos como estar satisfeito e, de acordo com suas próprias expectativas, respeito a si próprio sem comparar-se aos outros em escalas de 'melhor' ou 'pior'. (PEREIRA, 2019, p. 201)

Nesse sentido, por ter conhecimento sobre suas capacidades e limitações, Débora se permitiu passar por experiências diferentes, não se deixando abater pelas dificuldades escolares e/ou no mercado de trabalho. Ao contrário disso, ela soube potencializar e experimentar positivamente suas vivências na área do qual tinha maior afeto: a educação tecnológica.

Foi impactante dialogar com estas duas pessoas, eles apontaram como foram seus encontros e desencontros consigo mesmo e com os colegas de sala de aula desde sua infância até a descoberta de seus transtornos. Percebi que não foram momentos fáceis, mas Débora e Rômulo se desafiaram a compreender melhor a si próprios e principalmente, como lidar com a convivência social nos espaços escolares. Todas as reflexões feitas, a partir das entrevistas-conversas realizadas com eles, contribuíram para que os objetivos dessa pesquisa fossem alcançados e desta forma, percebermos e conhecermos um pouco mais da vida de pessoas que manifestam o Transtorno do Déficit de Atenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve objetivos que foram realizados de maneira que direcionaram esse trabalho, sendo o objetivo geral: Analisar o processo de inclusão de pessoas com necessidades específicas que tenham Transtorno do Déficit de Atenção no espaço escolar. Os objetivos foram alcançados por meio da revisão bibliográfica e pelas observações e análises realizadas nas falas dos entrevistados que mostraram parte da sua vida pessoal e acadêmica e seus processos de inclusão em diversos espaços.

O Referencial teórico utilizado no embasamento foram norteados por Sasaki (1997), por Figueira (2019), pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), pela Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida (BRASIL, 2020). Esses autores e documentos, bem como seus conceitos sobre educação inclusiva e as leis brasileiras citadas nessa pesquisa, possibilitaram analisar mais amplamente as falas apresentadas pelos participantes que pontuaram sua história de vida em relação a descoberta do Transtorno do Déficit de Atenção até como mediaram este transtorno nas suas vidas diárias.

Por meio desse trabalho, percebemos como os processos educativos podem contribuir de diferentes formas na vida de pessoas que necessitam ter suas diferenças respeitadas e potencializadas. Cremos nisso, pois ao analisar os relatos dos participantes, notamos que a educação, em determinado momento da vida de ambos, pôde contribuir para a realização e satisfação deles. Nesse sentido, apesar de nem sempre experienciar uma vivência escolar integral, Débora e Rômulo foram motivados por professores a continuar acreditando que o Transtorno do Déficit de Atenção não era um limitador. Eles perceberam e afirmaram o quanto era importante que eles tivessem a compreensão de suas dificuldades e assim, buscaram estratégias para potencializar suas experiências na educação, no mercado de trabalho e na vida pessoal.

Diante das percepções, das falas e das análises apresentadas nesta pesquisa, notamos que: há um número maior inclusão de pessoas com necessidades específicas em diferentes espaços da sociedade; ampliaram os movimentos sociais e educativos que defendem os direitos desses sujeitos; há uma participação mais efetiva de profissionais da educação na inserção e; no acolhimento e maior número de medidas educativas implementada nos espaços escolares.

Para que a educação inclusiva continue progredindo, precisamos considerar a importância da valorização dos profissionais da educação envolvidos diretamente nesses processos, pois a prática deles no cotidiano escolar provoca inquietações tanto neles mesmos como nos educandos, na comunidade escolar e nos espaços dentro e fora da escola.

A pesquisa buscou fomentar reflexão sobre o processo de inclusão de pessoas com Transtorno do Déficit de Atenção, entendendo que essa prática permite que todas as pessoas sejam valorizadas independente das diferenças que apresentam. A educação inclusiva e a valorização das singularidades e diversidades no mundo globalizado possibilitam a construção de uma sociedade acolhedora e que respeita a todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. - 1988.** Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 1996.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 30 abr. 2023.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – 2001.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2023.

BRASIL. **Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – 2008.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/congresso/dlg/dlg-186-2008.htm. Acesso em: 01 mai. 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – 2008.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2023.

BRASIL. - **Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida – 2020.** Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/acao_informacao/pdf/PNEE_revisao_2808.pdf. Acesso em: 05 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021.** Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2021/lei-14254-30-novembro-2021-792022-norma-pl.html#:~:text=EMENTA%3A%20Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20acompanhamento,ou%20outro%20transtorno%20de%20aprendizagem>. Acesso em: 1 jun 2023.

ESPANHA. **Declaração de Salamanca:** Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais - 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023.

FIGUEIRA, Emilio. **Introdução Geral à Educação Inclusiva.** São Paulo, Editora Figueira Digital, 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/17eaCk7lwcsf9trNVmCvUBw3k4W112BIg/view>. Acesso em: 20 abr. 2023.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa.** 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

PEREIRA, Clarisse de Sá Carvalho. **Conversas e controvérsias**: uma análise da constituição do tdah no cenário científico e educacional brasileiro. Rio de Janeiro – Fiocruz, 2019.

Disponível em:

<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/4001/000041.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 25 ago 2023.

RIBEIRO, Tiago; SOUZA, Rafael de; SAMPAIO, Carmem Sanches. **Conversa como metodologia de conversa por que não?** *Ciência e pesquisa em questão*. 1ªed, 2018.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos.

Centro - Rio de Janeiro, WVA(r) Editora e Distribuidora Ltda, 1997. Disponível em:

https://ead.uenf.br/moodle/pluginfile.php/57550/mod_resource/content/1/Inclus%C3%A3o%20%20Construindo%20uma%20Sociedade%20para%20Todos%20%281999%29%2C%20Sasaki%2C%20RK.pdf. Acesso em: 01 mar. 2023.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Forum**: Paradigma da inclusão e suas implicações educacionais. Rio de Janeiro – Brasil, Instituto Nacional de Educação de Surdos, vol 5, 2002.

Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-forum/issue/view/54/100>. Acesso em: 05 mar. 2023.

